



Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO/MODALIDADE CONCURSO PARA PREMIAÇÃO DE PRODUTOS CULTURAIS - LEI ALDIR BLANC

CONCURSO Nº 01/2020- SECULT

O Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado Cultura, torna público aos interessados a realização do processo seleção de de propostas culturais que pleiteiem recursos da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc) para o **Edital de Premiação de Produtos Culturais - Concurso nº 01/2020**, que contemplará propostas de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, nas condições e exigências estabelecidas neste Regulamento e em seus Anexos, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº **202017645001756** e de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), Decreto Federal nº 10.464/2020 (art. 2º, inciso III), Decreto Legislativo nº 6/2020, Decreto Estadual nº 9.633/2020, Decreto Estadual nº 9.719/2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 9.725/2020, e demais normas aplicáveis à matéria.

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital o apoio aos trabalhadores da área da cultura através da premiação de obras de artesanato, obras de artes visuais, produções audiovisuais, obras literárias e obras de grafite, em conformidade com o art. 13 da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc).

1.2 Deverão ser inscritas neste Edital, propostas que preveem a doação e destinação das obras artísticas, considerando o valor cultural, turístico e social que essa obra terá para o espaço de destinação.

2. DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS, CATEGORIAS E VALORES

2.1 Serão contempladas neste Edital o total de 441 (quatrocentos e quarenta e uma) propostas, no sistema universal e de cotas (conforme item 8 deste Edital).

2.2 No Anexo I deste Edital, estão descritas as Categorias e os respectivos valores de premiação para cada proposta aprovada.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Os recursos necessários para o desenvolvimento deste Edital serão oriundos da Lei Federal nº 14.017/2020 – Aldir Blanc, a partir da fonte de recursos a ele destinados, com aporte financeiro de R\$ 2.206.993,00 (dois milhões, duzentos e seis mil e novecentos e noventa e três reais).

3.2 Caso alguma linha de ação-categoria constante neste Edital não tenha selecionados, poderão ser convocadas propostas suplentes de outra categoria deste mesmo Edital para compor as vagas remanescentes, observadas a pontuação e o valor correspondente entre os suplentes de todas as linhas de ação e categorias.

3.2.1 O valor considerado para o pagamento das propostas que poderão preencher as vagas remanescentes indicadas no item 3.2. será aquele em que a proposta foi cadastrada no ato da inscrição;

3.2.2 Poderão ser preenchidas vagas até o momento que não haja mais saldo remanescente de recursos na linha de ação-categoria indicada no item 3.2. ou na situação em que o saldo não supra os valores previstos nas Linhas de Ação-Categoria deste Edital (Anexo I).

3.3 Havendo sobra de recursos neste Edital, após o descrito no item 3.2, o valor será somado aos recursos que sobrarem dos outros editais da Lei Aldir Blanc 2020, como também poderão ser somados os recursos remanescentes referentes ao Auxílio Emergencial (art. 2º, inciso I, Lei nº 14.017/2020) e os recursos de reversão dos municípios ao Estado. Nesse caso, poderá haver aumento do número de vagas por categoria de cada edital da Lei Aldir Blanc.

3.4 Verificado o montante do item 3.3, o recurso será distribuído levando em consideração a classificação dos suplentes de todos os editais. As propostas premiadas nesta etapa serão beneficiadas com o valor no qual se inscreveram.

3.5 Para o item 3.3 serão atendidos todos os suplentes em ordem de classificação, até se esgotarem os recursos ou não haver mais propostas classificadas.

3.6 A distribuição dos recursos descritos no item 3.3 será realizada após a finalização do último concurso regido por edital de 2020- Lei Aldir Blanc.

4. DOS PRAZOS

4.1. Os prazos para a realização do Edital estão estabelecidos no seu Anexo VII -Cronograma, devendo ser observados em todas as etapas pelos proponentes.

4.2. Excepcionalmente, os prazos definidos poderão ser prorrogados por ato do titular da Secretaria de Estado de Cultura.

4.3 Os prazos previstos neste Edital foram estabelecidos de acordo com o Decreto estadual nº 9.725, de 15 de outubro de 2020, que alterou o Decreto Estadual nº 9.719/2020, de 29 de setembro de 2020.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. O proponente deverá ter cadastro na plataforma MAPA GOIANO (<https://mapagoiano.cultura.go.gov.br/>), sistema de Mapeamento e Cadastramento de agentes e espaços de cultura de Goiás.

5.1.2. O proponente que não possui cadastro deverá, obrigatoriamente, efetivá-lo na plataforma digital do MAPA GOIANO, dentro do prazo estabelecido no Anexo VII - Cronograma, e, após o cadastro, realizar a inscrição da sua proposta.

5.2. De acordo com o Decreto Estadual nº 8.716 /2016, a candidatura transgênero (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo nome social na divulgação dos resultados e homologação, poderá incluir o uso do nome social em sua inscrição on-line. Para tanto, deverá preencher total e corretamente o formulário de cadastro

5.3 Poderão se inscrever, desde que residentes no Estado de Goiás:

a) PESSOAS FÍSICAS: maiores de 18 (dezoito) anos;

b) PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS: que apresentem expressamente, em seus atos constitutivos, finalidade ou atividade de cunho artístico cultural. A menção a atividades artísticas e/ou culturais deve estar clara no documento legal da organização (estatuto, contrato social, etc.);

c) MEI: Microempreendedor Individual, que apresente expressamente, em seus atos constitutivos, finalidade ou atividade de cunho artístico cultura, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006.

6. IMPEDIMENTOS

6.1 Não será permitida a inscrição (sendo inabilitado) e não poderá ser concedido o apoio financeiro (caso aprovado e/ou detectado a posteriori) ao proponente que:

a) seja membro do Conselho Estadual de Cultura/GO (titular, suplente ou licenciado), das Comissões de Avaliação e de Habilitação das propostas ou servidor público (inclusive o ocupante de cargo ou função temporários, de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, titular de mandato eletivo, de vínculo efetivo ou de estágio) integrante dos quadros da Secretaria de Estado de Cultura ou de órgão ou entidade executores envolvidos na gestão ou operacionalização do Decreto nº 9.719 de 29 de setembro de 2020, bem como não ser agente público de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade de qualquer esfera governamental;

b) seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos citados na letra “a”, acima;

c) seja Pessoa Jurídica que tenha, na composição de sua diretoria, membro das Comissões de Avaliação, Conselho Estadual de Cultura de Goiás ou servidor público integrante dos quadros da Secretaria de Estado de Cultura ou de órgão ou entidade executores envolvidos na gestão ou operacionalização do Decreto nº 9.719 de 29 de setembro de 2020, bem como agente público de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade de qualquer esfera governamental;

d) seja Pessoa Jurídica de Direito Privado com ou sem fins lucrativos que não tenha por objeto o exercício de atividades na área cultural;

e) seja órgão da administração pública, federal, estadual, municipal e distrital.

7. DA INSCRIÇÃO

7.1 As inscrições estarão abertas entre os dias 10 de novembro a 07 de dezembro de 2020, de acordo com o cronograma (Anexo VII) estabelecido para esse Edital. Para as inscrições foram respeitados 07 (sete) dias corridos após o prazo de ancoragem de 22 (vinte e dois) dias contados da publicação do edital.

7.1.1. No período entre a data da publicação do edital e a data da abertura das inscrições, considerado o **período de ancoragem**, serão permitidas inscrições para evitar congestionamento no sistema. O prazo de ancoragem de 22 (vinte e dois) dias corridos foi estabelecido com a redução prevista no Decreto estadual nº 9.725, de 15 de outubro de 2020, que alterou o Decreto Estadual nº 9.719/2020, de 29 de setembro de 2020.

7.2. As inscrições para o Edital serão realizadas dentro da plataforma digital MAPA GOIANO, ficando abertas até as 23h59m59s (horário de Brasília) do dia 07 de dezembro de 2020, prazo final constante no Anexo VII - Cronograma. Após o referido horário, não será aceita nenhuma proposta na plataforma.

7.3 As inscrições das propostas artística e culturais serão aceitas apenas na forma on-line dentro da plataforma digital MAPA GOIANO. Não serão aceitas inscrições físicas protocoladas na sede da SECULT-GO ou recebidas via postal.

7.4. São requisitos mínimos para inscrição:

- a) residir no Estado de Goiás;
- b) estar cadastrado no Mapa Goiano;
- c) ser efetivamente o criador e/ou detentor dos direitos autorais da obra a ser inscrita;
- d) observar a obrigatoriedade de inscrição de uma única proposta nos editais da Lei Aldir Blanc;

7.5 Para realizar a inscrição da proposta, o proponente deverá ter conhecimento de todos os termos deste Edital e preencher os campos exigidos na Ficha Técnica conforme linguagem apresentada no Anexo II.

7.6 No momento da inscrição, o proponente deverá preencher o formulário de inscrição plataforma digital MAPA GOIANO e inserir os seguintes documentos:

- a) Ficha Técnica (Anexo II) contendo: Título da Obra, Descrição e/ou Conceituação da obra, Proposta de Doação/Destinação Social da Obra, entre outros itens previstos no Anexo II conforme categoria;
- b) Currículo do proponente;
- c) Comprovante de Endereço;
- d) Declarações conforme Anexos V e VI para as linhas de ação de Artesanato Kalunga e do Circuito Cavalhadas.

7.6.1. A documentação deverá ser anexada na íntegra em **um único arquivo em formato PDF (tamanho máximo de 5 MB)**, não sendo admitidas alterações ou complementações posteriores à inscrição.

7.7. Os documentos que precisarem ser assinados deverão ser impressos, assinados, escaneados e inseridos na plataforma digital MAPA GOIANO, juntamente com os outros documentos em arquivo único. A assinatura digital será aceita com certificação digital válida em documentos.

7.8. Cada proponente poderá ser aprovado somente em 01 (uma) proposta nos Editais da Lei Aldir Blanc. Portanto, caso opte por se inscrever em instrumentos do Estado e dos municípios, e em ambos seja aprovado, o proponente deverá escolher apenas um (Estado ou município) para executar o projeto, devendo manifestar sua escolha no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação da lista final de aprovados, apresentando as certidões exigidas pelo instrumento público escolhido. Após esse prazo, sem apresentação das certidões exigidas, será entendido que esse não foi o instrumento escolhido e o projeto será desclassificado.

7.9. Caso o proponente inscreva mais de 01 (uma) proposta nos editais, será considerada válida apenas a última inscrição e as outras serão inabilitadas. Nesse sentido, serão conferidos o dia e horário de inscrição de cada proposta.

7.10 A entrega da proposta (momento que o proponente clica em **ENVIAR** no sistema de inscrição no MAPA GOIANO) implicará aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital, não cabendo questionamentos posteriores.

7.11 Uma vez enviada a proposta, conforme item 7.9, não será mais permitido alterá-la ou anexar novas informações ou documentos, após a data de finalização das inscrições.

7.12. O acompanhamento de todas as etapas do processo seletivo, descritas no Anexo VII - Cronograma, bem como a observância quanto aos prazos ou prorrogações para atendimento de solicitações à SECULT-GO, serão de inteira responsabilidade dos proponentes, que deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial do Estado de

Goiás, no site da SECULT-GO e nas mídias sociais oficiais.

7.13 Serão de responsabilidade do proponente:

- a) todas as despesas decorrentes de sua participação neste Edital;
- b) a veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- c) a guarda de cópia da proposta enviada (PDF), dos documentos e dos anexos, disponíveis após o envio da proposta na plataforma digital MAPA GOIANO;
- d) atualização dos dados cadastrais na plataforma MAPA GOIANO de inscrição, tais como: endereço, telefone, e-mail, entre outros dados indispensáveis.

7.14 As propostas que não forem inscritas de acordo com os requisitos deste Edital, quando percebido o equívoco, serão inabilitadas ou desclassificadas a qualquer momento (habilitação, avaliação/classificação, resultado final ou pagamento) pela SECULT-GO, mesmo após a publicação da homologação do resultado no Diário Oficial.

7.15 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações pertinentes ao Edital e seus prazos, bem como por eventuais dificuldades em razão de congestionamento na navegação na plataforma digital MAPA GOIANO nos últimos dias de inscrição, por falta de energia elétrica, problemas no servidor, na transmissão de dados, na linha telefônica ou em provedores de acesso dos usuários. Tendo em vista tal possibilidade, sugere-se aos proponentes que concluem suas inscrições com antecedência, a fim de evitar eventuais dificuldades.

7.16 A inscrição será considerada efetivada somente mediante confirmação eletrônica exibida ao final da inscrição com protocolo.

8. DA ACESSIBILIDADE

8.1 A SECULT- GO assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência (PcD), visando o acesso ao bem cultural, à inclusão social e à cidadania, com base na Lei Federal nº 13.146/2015.

8.2 Fica reservada a cota de 23 (vinte e três) vagas correspondente a 5% (cinco por cento) da totalidade de vagas, para propostas aprovadas cujo proponente pessoa física seja pessoa com deficiência(PcD), conforme os termos do Decreto Federal nº 3.298/99.

8.2.1 Caso não tenha entre os inscritos uma PcD, a vaga será preenchida de acordo com a pontuação alcançada pelas demais propostas (inscrição universal).

9. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

9.1 As propostas serão habilitadas e avaliadas na cidade de Goiânia-Goiás, de modo on-line na plataforma digital MAPA GOIANO. Todas as atividades serão coordenadas pela SECULT-GO, sendo que o Conselho Estadual de Cultura, conforme preconiza o art. 2º, inc. IV, da Lei Estadual nº 13.799/2001, desempenhará suas atribuições por meio de, no mínimo, 03 (três) membros que integrarão a Comissão de Avaliação

9.2 Serão nomeadas, por meio de ato próprio do titular da SECULT, as seguintes comissões:

- a) Comissão de Habilitação, composta por no mínimo 05 (cinco) servidores da SECULT;
- b) Comissão de Avaliação que será composta por, no mínimo, 05 (cinco) membros, sendo eles:
 - b.1) 03 (três) membros do Conselho Estadual de Cultura, no mínimo ;
 - b.2) 02 (dois) membros técnicos das áreas culturais lotados na SECULT- GO, no mínimo.

9.2.1. Caso algum membro do Conselho Estadual de Cultura não possa participar da Comissão de Avaliação, deverá ser substituído por outro membro deste Conselho.

9.3 As Comissões serão presididas por membros escolhidos, dentre aqueles que a compõem, pelas próprias Comissões.

9.4 O prazo para habilitação e avaliação das propostas está previsto no Anexo VII- Cronograma deste Edital.

9.5 As Comissões deverão, ao final dos seus trabalhos, entregar à SECULT-GO as Atas do processo de Habilitação e de Avaliação, para que constem no processo administrativo nº 202017645001756.

9.6 A Comissão de Habilitação tem por objetivo verificar se o proponente cumpre as exigências para inscrição, previstas nos itens 6 e 7 deste Edital. A fase de habilitação tem caráter eliminatório, ou seja, estarão inabilitadas as propostas que não cumprirem os requisitos previstos, e, por consequência, as propostas não serão enviados à Comissão de Avaliação.

9.6.1. A lista constando as propostas habilitadas, será divulgada na página eletrônica da SECULT- GO. Em tal comunicado, constará o nome do proponente, da proposta, categoria, cidade, valor, se é pessoa física ou jurídica.

9.6.2 Após a divulgação da lista preliminar de habilitação no site do SECULT-GO, **todos os proponentes poderão interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.** Os recursos deverão ser encaminhados através do **e-mail recursos.leialdirblanc@goias.gov.br.**

9.6.3 O recurso da inabilitação será julgado por membros da Comissão de Habilitação diferentes daqueles que realizaram a primeira análise de habilitação.

9.7 A Comissão de Avaliação tem o objetivo de qualificar as propostas inscritas, devendo observar os critérios de pontuação constante neste edital.

9.7.1 Cada proposta será avaliada por no mínimo 03(três) membros da Comissão de Avaliação prevista na alínea "b" do item 9.2., sempre em número ímpar, devendo a pontuação ser a média das avaliações.

9.8 Critérios de Pontuação: As propostas serão pontuadas em cada critério de pontuação constante dos quadros abaixo. Cada ponto será multiplicado pelo peso correspondente, podendo-se obter a nota mínima de 0 (zero) pontos e máxima de 100 (cem) pontos.

I- Qualidade da Execução	Peso 5
Esse critério irá avaliar a qualidade da técnica utilizada para execução da obra.	

II – Inovação, Originalidade e Criatividade	Peso 6
Para o presente edital é considerado como originalidade, criatividade e inovação artística a capacidade que os artistas têm de pensar fora da caixa e propor, por meio de suas obras, expressões culturais diferentes das já existentes em seus respectivos contextos, destacando a identidade artística do proponente.	

III – Conceituação	Peso 5
Será analisada, de modo paralelo, a descrição conceitual com a execução da obra de modo que uma seja complementação da outra.	

IV - Mérito Cultural	Peso 4
Serão analisadas e pontuadas a excelência e relevância artística da obra. A análise buscará aferir a excelência da proposta dentro do contexto cultural atual e a discussão que ela propicia para o cenário cultural e social do Estado de Goiás.	

QUADRO DE PONTUAÇÃO DE CRITÉRIOS

CRITÉRIO (0 a 5 pontos)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Critério I	5	25
Critério II	6	30
Critério III	5	25
Critério IV	4	20
Total		100

9.8.1 Serão consideradas classificadas as propostas que receberem nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, em ordem decrescente de pontuação, considerando as propostas que serão contempladas e os suplentes.

9.8.2 Os critérios de desempate para as etapas de avaliação e dos recursos serão:

- a) Maior pontuação no critério IV;
- b) Maior pontuação no critério I ;
- c) Maior pontuação no critério II ;
- d) Maior pontuação no critério III;
- e) Maior idade entre todos os proponentes.

9.8.3 Nos casos em que houver empate entre pessoa jurídica e pessoa física, na verificação da maior idade será considerada a idade do responsável pela pessoa jurídica indicado no sistema do Mapa Goiano (proponente) e não a data de fundação da empresa.. O responsável pela empresa deverá ter currículo e experiência cultural/artístico.

9.9 A lista constando as propostas classificadas pela Comissão de Avaliação, será divulgada na página eletrônica da SECULT- GO. Em tal comunicado, constará o nome do proponente, da proposta, categoria, cidade, valor, se é pessoa física ou jurídica e a pontuação obtida. As propostas classificadas e desclassificadas serão divulgados em planilha separada com suas respectivas pontuações.

9.10 Após a divulgação da lista preliminar de avaliação no site do SECULT-GO, todos os proponentes poderão interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis. Os recursos deverão ser encaminhados através do e-mail recursos.leialdirblanc@goias.gov.br.

9.10.1 O recurso será julgado por no mínimo 03(três) membros da Comissão de Avaliação, devendo haver substituição dos 02(dois) membros que participaram da primeira avaliação da proposta.

9.10.2 Qualquer proponente poderá apresentar recurso contra sua nota de avaliação, com a finalidade de elevá-la, caso discorde, sob pena de preclusão e risco de alteração classificatória diante de eventual acolhimento de recurso de outrem contra a inabilitação ou diante da possibilidade de ser ultrapassado por candidato com menor nota ou igual e que venha a ter seu recurso provido.

9.11 Ao término dos trabalhos de análise, a Comissão de Avaliação encaminhará o resultado à SECULT-GO, as atas das reuniões que deliberaram sobre a avaliação da classificação/pontuação. Tais documentos contarão como a lista geral das propostas analisadas contendo os aprovados, suplentes e desclassificados, cumprindo com a quota da pessoa com deficiência (PcD), de forma a relacionar a situação final de cada proposta.

9.11.1 A Ata enviada pela Comissão de Avaliação refere-se aos trabalhos da avaliação das propostas e do julgamento dos recursos, sendo as duas informações relatadas em uma única Ata.

9.11.2 A Comissão de Avaliação na formulação da referida Ata deverá observar o disposto no itens 3.2, 3.3 e 3.6.

9.12 Resultado Final

9.12.1 A lista com o Resultado Final das propostas aprovadas e seus devidos suplentes, observando a cota de PcD, será homologada pelo titular da SECULT- GO e, posteriormente, divulgada no Diário Oficial do Estado e no site da SECULT- GO.

9.12.2 Deverão constar na publicação o nome do proponente, da proposta, categoria, se é pessoa física ou jurídica e a pontuação final.

9.12.2.1. Para cumprir a quota de propostas aprovadas de pessoas com deficiência (PcD), elencada para este edital, a listagem final informará qual proposta foi aprovada pela referida cota.

9.13 Chamada de Ocupação das Vagas Suplentes

9.13.1 A lista com a chamada de ocupação das vagas suplentes será divulgada no Diário Oficial do Estado e posteriormente no site da SECULT- GO.

9.13.2 A ocupação e previsão de vagas suplentes será realizada conforme os itens 3.2 e 3.3 do Edital.

9.13.3 A chamada de ocupação de vagas suplentes será realizada apenas após o período de entrega de documentação previsto no item 10.1.

10. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PAGAMENTO

10.1 Após a homologação do resultado no Diário Oficial, **o convocado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar os seguintes documentos por meio eletrônico, através do email: pagamentos.leialdirblanc@goias.gov.br**

10.1.1 PESSOA JURÍDICA:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia – FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ;
- e) Contrato social da empresa e documentos pessoais do representante legal;
- f) Carta de anuência, caso a contratação seja de um grupo artístico;
- g) Comprovante de Conta Bancária;
- h) Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica;
- i) Prova de regularidade junto ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17;
- j) Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.425/2011.

10.1.2 PESSOA FÍSICA:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- c) Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ;
- d) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física;
- e) Prova de regularidade junto ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17;
- f) Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.425/2011;
- g) Laudo médico comprovando que o proponente selecionado é portador de deficiência, em caso de cota.

10.2 A não apresentação da documentação no prazo disposto no item 10.1 acarreta a desclassificação do selecionado por não apresentar toda documentação necessária no período estipulado.

10.3 Ocorrendo desistência ou impossibilidade de recebimento do prêmio por parte do selecionado, os recursos poderão ser destinados a outros proponentes, observada a ordem de classificação dos suplentes estabelecida pela Comissão de Avaliação.

10.4 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis, o que pode dar causa à inabilitação do proponente conforme a natureza probatória.

10.5 O pagamento será efetuado pela SECULT-GO em parcela única depositada diretamente na conta bancária do proponente selecionado.

10.6 No caso de pessoa física, do valor bruto haverá desconto, na fonte pagadora do tributo de Imposto sobre a Renda Retido Na Fonte – IRRF.

10.7 No caso de pessoa jurídica, não existem tributos retidos na fonte.

11. DA REALIZAÇÃO DA PROPOSTA

11.1 O proponente só poderá iniciar a **fase de doação/destinação da obra** após o recebimento do recurso na conta bancária informada na entrega da documentação.

11.2 Para a realização da proposta, o proponente deverá cumprir com as seguintes obrigações:

a) Obter licenças, autorizações, alvarás, permissões e registros junto às repartições competentes, necessárias à promoção, instalação e realização das propostas;

b) Respeitar a segurança das medidas exigidas pela Secretaria da Saúde em período de pandemia;

c) Responder, direta e exclusivamente, perante os órgãos públicos e autoridades competentes, pela inexistência das licenças, autorização e demais documentos necessários, bem como pelo exercício de atividades em desacordo com estes, ou com violação às leis e disposições regulamentares pertinentes;

d) Responder por danos de qualquer natureza ao espaço público e privado utilizado para a instalação e difusão, se for o caso, gerado em decorrência da execução da proposta, ficando responsável, direta e exclusivamente, pelas autuações de qualquer espécie, requisições dos órgãos competentes, atendimento às exigências para adoção de ações preventivas e corretivas;

e) Assegurar, na contratação de terceiros, o recolhimento dos direitos autorais e conexos, contribuições sociais e tributos previstos em lei;

f) Disponibilizar endereço eletrônico na internet e/ou perfil em redes sociais, bem como utilizar material gráfico que torne pública a proposta, seus realizadores e apoiadores e as marcas, contendo as informações atualizadas da proposta em desenvolvimento.

12. DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

12.1. O Relatório de execução da proposta visa comprovar a utilização dos recursos recebidos pelo proponente e deverá ser enviado através do e-mail: relatorios.leialdirblanc@goias.gov.br. Este relatório deve incluir o registro e documentos que comprovem as atividades realizadas e a doação/destinação da obra.

12.1.1 O prazo final para entrega do relatório, 31/03/2021, está previsto no Anexo VII - Cronograma, não podendo ser prorrogado.

12.2 O relatório de execução da proposta premiada deverá ser apresentado de forma detalhada e acompanhado dos respectivos comprovantes (fiscais, fotos, vídeos, prints, links da plataforma digital, matérias de jornal, material gráfico, dentre outros).

12.3 Caso falte algum documento que comprove as ações ou atividades da proposta premiada, o proponente será notificado a apresentá-lo.

12.4 No caso de não aprovação do Relatório de Execução da Proposta motivada pela execução incorreta, parcial ou inexecução da proposta, o proponente será considerado inadimplente.

13. DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

13.1 Os contemplados comprometem-se a incluir em todo material de divulgação o apoio do Ministério do Turismo por meio da Lei Aldir Blanc e da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas. Deverão incluir também a expressão: “Este projeto foi contemplado pela Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, no edital de Premiação de Produtos Culturais”.

13.2 No cumprimento das disposições constantes no subitem 13.1 deverão ser obedecidas as normas referentes à legislação eleitoral, no que for pertinente.

13.3. O proponente deverá atentar para o pagamento destinado a direitos autorais de execução, direitos conexos, de imagem e/ou apresentação pública (ex.: ECAD e SBAT) nos casos necessários.

13.4 O proponente deverá disponibilizar endereço eletrônico na internet e/ou perfil em redes sociais, bem como utilizar material gráfico que torne pública a proposta, seus realizadores e apoiadores e as marcas.

13.5 Pela inexecução total ou parcial da proposta a SECULT-GO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente as seguintes sanções:

a) Advertência;

- b) Devolução integral do recurso no caso da inexecução total ou parcial da proposta.
- c) Inscrição no CADIN estadual;
- d) Inscrição na dívida ativa do Estado de Goiás;
- e) Suspensão temporária do direito de participar de editais, licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de dois anos ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade.

13.6. A proposta deverá ser realizada integralmente até 28/02/2021, conforme Anexo VII - Cronograma.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A qualquer momento do processo seletivo deste Edital (fases de habilitação, avaliação, resultado final, homologação, entrega de documentação e fase de pagamento) será desclassificada a proposta que não cumpriu as determinações previstas neste edital e da legislação elencada.

14.2 A SECULT- GO não se responsabiliza pelas licenças e autorizações (Ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos, conexos, de imagem, autorais de texto e/ou música etc.) necessárias para a realização das atividades previstas nas propostas contempladas. Esta incumbência é de total responsabilidade dos seus proponentes.

14.3 Sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os mecanismos da classificação indicativa etária.

14.4 Todas as informações prestadas pelo proponente, em qualquer etapa do certame, estarão sujeitas à comprovação a pedido da SECULT- GO.

14.5 O proponente selecionado deverá manter seus dados atualizados na plataforma digital Mapa Goiano.

14.6 Este Edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa privada, utilizando ou não as leis de incentivo à cultura vigentes no país.

14.7 Os contemplados autorizam, desde já, à Secretaria de Estado de Cultura o direito de mencionar seu apoio e de utilizar em suas ações de difusão, quando entenderem oportuno, sem qualquer ônus, as peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual, direito de imagem, fotografias e os relatórios de atividades das propostas selecionadas por este Edital.

14.8 Os casos omissos relativos a este Edital e seus Anexos serão decididos pelo Titular da Secretaria de Estado de Cultura e observada a legislação pertinente.

14.9 O presente Edital ficará à disposição dos interessados na plataforma digital Mapa Goiano e no Site da SECULT- GO. Outros esclarecimentos podem ser obtidos pelo endereço eletrônico leiemergencialcultura@goias.gov.br ou pelo telefone (62) 3201-4691.

15. DOS ANEXOS

São partes integrantes do presente Edital:

- a) Anexo I – Categorias, linhas de ação, quantidade e valores;
- b) Anexo II – Ficha Técnica (A, B e C);
- c) Anexo III – Termo de Declaração;
- d) Anexo IV – Autorização de Uso de Imagem;
- e) Anexo V – Termo de Declaração (Comunidade Kalunga);
- f) Anexo VI – Termo de Declaração (Circuito Cavalhadas);
- g) Anexo VII – Cronograma.

ADRIANO BALDY DE SANT'ANNA BRAGA

Secretário de Estado da Cultura

ANEXO I- CATEGORIAS, LINHAS DE AÇÃO, QUANTIDADE E VALORES

O Edital dispõe de 441 (quatrocentos e quarenta e uma) vagas para seleção de projetos artísticos distribuídos em diferentes Linhas de Ação e Categorias. São elas:

Linha de Ação: Artesanato Kalunga - Categoria: Artesanato

- a) Nesta linha de ação serão premiadas peças de artesanato confeccionadas por artistas da comunidade Kalunga.
- b) Para se inscrever nesta linha de ação, o artista deverá declarar que pertence à comunidade Kalunga, conforme Anexo V.

Linha de Ação: Artesanato Geral - Categoria: Artesanato

- a) Nesta linha de ação serão premiadas peças de artesanato confeccionadas por artistas residentes no Estado de Goiás.

Linha de Ação: Artesanato Circuito das Cavalhadas - Categoria: Artesanato

- a) Nesta linha de ação serão premiadas peças de artesanato do Circuito das Cavalhadas confeccionadas por artistas participantes dos grupos culturais deste circuito.
- b) Para se inscrever nesta linha de ação, o artista deverá declarar que é integrante de um grupo cultural do Circuito das Cavalhadas, conforme anexo VI.

Linha de Ação: Artes Visuais - Categoria: Artes Visuais

- a) Nesta linha de ação serão premiadas obras confeccionadas por artistas visuais.

Linha de Ação: Séries - Categoria: Audiovisual

- a) Nesta linha de ação serão premiados seriados criados ou produzidos por residentes do Estado de Goiás.
b) É de responsabilidade do proponente estar com a devida autorização de direitos autorais, caso necessário.

Linha de Ação: Longa-metragem - Categoria: Audiovisual

- a) Nesta linha de ação serão premiados filmes de longa-metragem criados ou produzidos por residentes do Estado de Goiás.
c) É de responsabilidade do proponente estar com a devida autorização de direitos autorais, caso necessários.

Linha de Ação: Curta-metragem - Categoria: Audiovisual

- a) Nesta linha de ação serão premiados filmes de curta-metragem criados ou produzidos por residentes do Estado de Goiás.
b) É de responsabilidade do proponente estar com a devida autorização de direitos autorais, caso necessário.

Linha de Ação: Obras Literárias - Categoria: Literatura

- a) Nesta linha de ação serão premiadas obras literárias finalizadas de escritores que residem em Goiás.
b) É de responsabilidade do proponente estar com a devida autorização de direitos autorais, caso necessário.

Linha de Ação: Grafite - Categoria: Cultura Hip Hop

- a) Nesta linha de ação serão premiadas obras de grafite de artistas que residem no Estado de Goiás.
b) É de responsabilidade do proponente estar com a devida autorização de direitos autorais, caso necessários.

2. As Linhas de Ação contemplarão as seguintes quantidades de proposta e valores de premiação:

Linha de Ação	Categoria	Quantidade	Valor	Valor Total
----------------------	------------------	-------------------	--------------	--------------------

		de Propostas	Unitário de premiação	
Artesanato Kalunga	Artesanato	36	R\$ 3.450,00	R\$ 124.200,00
Artesanato Geral	Artesanato	200	R\$ 3.450,00	R\$ 690.000,00
Circuito de Cavalhadas	Artesanato	34	R\$ 3.450,00	R\$ 117.300,00
Artes Visuais	Artes Visuais	30	R\$ 10.000,00	R\$ 300.000,00
Série	Audiovisual	6	R\$ 20.000,50	R\$ 120.003,00
Longa-metragem	Audiovisual	10	R\$ 12.549,00	R\$ 125.490,00
Curta-metragem	Audiovisual	15	R\$ 10.000,00	R\$ 150.000,00
Obras Literárias	Literatura	100	R\$ 4.800,00	R\$ 480.000,00
Grafite	Cultura Hip-Hop	10	R\$ 10.000,00	R\$ 100.000,00
Quantidade total de propostas		441	Valor total	R\$ 2.206.993,00

ANEXO II - A

FICHA TÉCNICA (ARTESANATO, ARTES VISUAIS E CULTURA HIP-HOP)

Título da Obra	
Dimensões	
Técnica Utilizada	
Descrição Técnica da Obra	

Descrição Conceitual da Obra	
Proposta de Doação/Destinação Social da Obra	
Registros Fotográficos da Obra (Imagens de boa qualidade. Nos casos das obras tridimensionais, ou outros formatos em que seja necessário, incluir fotografias de vários ângulos)	

ANEXO II - B FICHA TÉCNICA (OBRAS LITERÁRIAS)

Título da Obra	
Gênero da Obra	
Modalidade da Obra	
Sinopse da Obra	
Conceituação da Obra	
Proposta de Doação/Destinação Social da Obra	
Trecho da Obra (Insira um trecho da obra para avaliação. O trecho deverá ter no máximo 35 linhas)	

ANEXO II - C
FICHA TÉCNICA (AUDIOVISUAL)

Título da Obra	
Gênero Audiovisual	
Formato Audiovisual	
Sinopse da Obra	
Conceituação da Obra	
Proposta de Doação/Destinação Social da Obra	
Link da produção audiovisual (Insira o link do trailer e/ou da produção audiovisual completa)	

ANEXO III
TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, representante legal da proposta [título da proposta] , **declaro** para fins de concorrer em instrumento de seleção pública do Estado de Goiás, através da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020:

a) não ser servidor público (inclusive ocupante de cargo ou função temporários, de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, titular de mandato eletivo, de vínculo efetivo ou de estágio) integrante dos quadros da Secretaria de Estado da Cultura ou de órgão ou entidade executores envolvidos na gestão ou operacionalização do Decreto nº 9.719 de 29 de setembro de 2020, bem como não ser agente público de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade de qualquer esfera governamental;

- b) estar ciente de meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção de Ações Culturais e Artística, comprometendo-me a cumpri-los, zelando pela observância de suas determinações;
- c) que as informações e documentos apresentados neste projeto são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;
- d) que os profissionais listados no projeto estão cientes de sua participação;
- e) que, caso premiado, realizarei o objeto do projeto, bem como o retorno e a contrapartida de interesse público indicado neste Edital;
- f) que toda a realização do projeto é de minha responsabilidade;
- g) que não fui considerado (a) inidôneo (a) para contratar com a Administração Pública;
- h) que somente poderei contratar empresas idôneas como fornecedoras de bens e prestação de serviços, após consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), existente no Portal da Transparência <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- i) que deverei comunicar à Secretaria de Estado de Cultura qualquer modificação na minha situação particular, quanto à capacidade técnica ou jurídica, idoneidade financeira ou regularidade fiscal, dados cadastrais, assim como alterações no conteúdo do projeto;
- j) estar ciente de que para ser beneficiado(a) com recursos advindos da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, denominada Lei Aldir Blanc, pelo disposto no inciso III, do art. 2º, ao me inscrever em instrumento público do município e do Estado, e em ambos ser aprovado, devo escolher apenas um deles;
- l) estar ciente de que, ao escolher o instrumento público do Estado, devo manifestar minha escolha apresentando no prazo de 02 dias úteis, a contar da data de publicação da lista final de aprovados, as certidões exigidas pelo instrumento público escolhido e que após esse prazo, sem apresentação das certidões exigidas, será entendido que esse não foi o instrumento escolhido e o projeto será desclassificado; m) estar ciente de que não poderei ser aprovado em mais de um instrumento, com a utilização de CPF para uma inscrição e CNPJ para outra(s), sob pena de responder legalmente.

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas e estar ciente de que poderei responder legalmente nas esferas administrativa, cível e criminal, em caso de constatação de prestação de informação falsa.

_____, em _____ de _____ de 2020

Nome e assinatura do representante legal do proponente

ANEXO IV AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, CPF nº _____, AUTORIZO o uso de imagens da proposta _____ [título da proposta] _____ à Secretaria de Estado de Cultura para utilizar e reproduzir imagens da proposta em ações de promoção e capacitação, inclusive divulgação na imprensa, em catálogos e impressos, em conteúdos digitais, cards e demais conteúdos eletrônicos (web e e-mail). E, por estar justo e acordado, firmo o presente Termo de Autorização de Uso de Imagem.

_____, em _____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal do proponente

**ANEXO V
TERMO DE DECLARAÇÃO**

Eu, _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que desenvolvo atividades artísticas de artesanato sendo membro da Comunidade Quilombola Kalunga.

_____, em _____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal do proponente

**ANEXO VI
TERMO DE DECLARAÇÃO**

Eu, _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que desenvolvo atividades artísticas de artesanato sendo membro de grupos culturais pertencentes ao Circuito das Cavalhadas.

_____, em _____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal do proponente

**ANEXO VII
CRONOGRAMA***



Etapa	Descrição da Etapa	Data
1	Publicação do Edital do Concurso	06/11/2020
2	Inscrições**	10/11 a 07/12/2020
3	Fases de Habilitação (eliminatória) e Avaliação	08/12 a 17/12/2020
4	Publicação do Resultado da Habilitação	11/12/2020
5	Interposição de recursos - Habilitação: 02 (dois) dias úteis sem efeito suspensivo	14/12 e 15/12/2020
6	Publicação do Resultado Preliminar da Avaliação das Propostas	18/12/2020
7	Interposição de Recursos : 02 (dois) dias úteis contados a partir da publicação do resultado preliminar	21/12 e 22/12/2020
8	Homologação e publicação do resultado definitivo	24/12/2020
9	Envio da documentação para liberação do pagamento	24/12 a 29/12/2020
10	Chamada das vagas suplentes	31/12/2020
11	Envio da documentação dos suplentes para liberação do pagamento	31/12/2020 a 05/01/2021
12	Prazo final para execução das propostas aprovadas	28/02/2021
13	Prazo final para prestação de contas das propostas aprovadas	31/03/2021

*O cronograma está sujeito a alterações.

** Para as inscrições foram respeitados 07 (sete) dias corridos após o prazo de ancoragem de 22 (vinte e dois) dias contados da publicação do edital.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BALDY DE SANT ANNA BRAGA, Secretário (a)**, em 05/11/2020, às 16:30, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000016224999** e o código CRC **1AF299CD**.

PRACA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA Nº 2 - Bairro CENTRO - CEP 74003-101 - GOIANIA - GO - PRÉDIO DO CENTRO CULTURAL MARIETA
TELLES MACHADO



Referência: Processo nº 202017645001756



SEI 000016224999